

# A CONSTRUÇÃO DE NOVOS OLHARES E NARRATIVAS NO TERRITÓRIO DA SERRA DA CANASTRA, PALCO DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Programa Polos de Cidadania - Universidade Federal de Minas Gerais

Clara Gomes Machado (claragomes09@hotmail.com); João Daniel Oliveira Mariano (jow1397@gmail.com);  
Lara Ramos da Silva (lararamosdasilva@hotmail.com); Nubia Medeiros Caetano da Silva (nubiamcsilva@hotmail.com);  
Orientador - André Luiz Freitas Dias (alfreitasdiasufmg@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Os conflitos socioambientais de alta complexidade caracterizam-se pela presença de múltiplos atores inseridos em uma disputa de forças e interesses, em razão das divergentes relações que estabelecem com o ambiente em que estão inseridos. O presente trabalho trata da Serra da Canastra em que, a partir da criação do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC) em 1972, instalou-se um conflito que ilustra essa problemática, envolvendo desde pequenas comunidades a grandes empresas e cercado por violações de direitos humanos. Tal embate afetou e invisibilizou a comunidade canasteira em seus aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, em um processo contínuo de desvalorização de suas histórias e narrativas de vida. Esta pesquisa foi realizada diante da urgência no reconhecimento da identidade, da importância e do direito à memória e verdade dessas comunidades e de suas vitais relações com a terra, a fim de dar visibilidade às violências ocorridas e combater as que continuam a ocorrer. Assim, para intervir em um conflito, nota-se, inicialmente, a necessidade de uma ampla compreensão de seu histórico e desenvolvimento, e, diante de informações dispersas e desorganizadas do conflito socioambiental da Canastra, o objetivo do presente trabalho constituiu-se na produção de uma linha do tempo. Esta se deu pela organização e sistematização dos dados existentes, para uma maior clareza sobre a estruturação e transformações do conflito, que se desdobram em violações de direitos desde o seu início até os dias atuais.



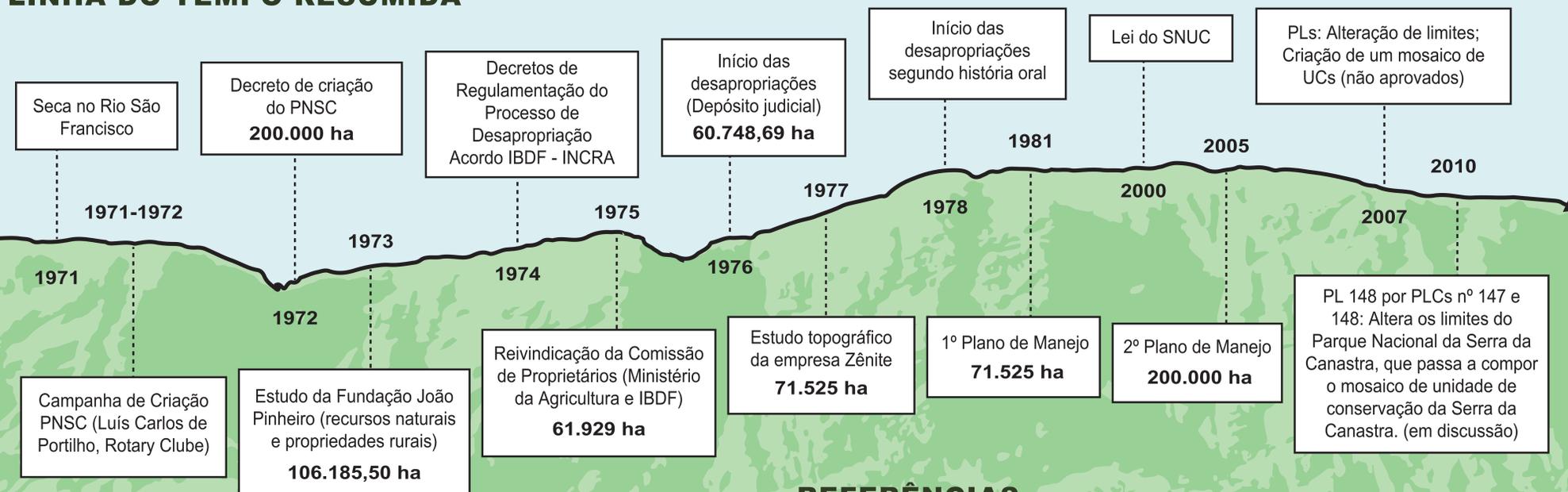
## MÉTODO

A pesquisa ocorreu em duas etapas: análise de documentos oficiais (materiais técnicos e jurídicos), não oficiais (trabalhos acadêmicos, artigos de jornais) e fontes orais (contatos com moradores e atores institucionais ou envolvidos profissionalmente); posteriormente, ocorreu a sistematização da linha do tempo do conflito

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento histórico realizado possibilitou o melhor entendimento da situação emblemática do PNSC, que envolve alguns pilares: alterações recorrentes em seus limites territoriais; processos de desapropriações violadores na regularização fundiária; danos aos projetos de vida dos moradores diante de um futuro incerto; No início dos anos 70 uma grande seca na região da Canastra mostrou a necessidade de uma maior preservação ambiental. Após a mobilização da sociedade civil, em 1972 decretou-se a criação do PNSC, unidade de conservação de proteção integral, com uma área de 200.000 ha. Em sua implantação ocorreu a desapropriação do local, tradicionalmente ocupado por comunidades rurais, de forma problemática e com violações de direitos humanos como indenização injusta, ou até mesmo não indenizações e atitudes autoritárias e truculentas dos agentes do estado. A partir da regularização fundiária, efetivou-se o parque com o limite de 71.525 ha. O conflito socioambiental ganha complexidade ao longo dos anos incorporando interesses como o dos canasteiros, ambientalistas, agronegócio, mineradoras, dentre outros. No início do século XXI o conflito retoma as discussões dos limites do parque em razão da elaboração do novo Plano de Manejo, exigência jurídica da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e há a ocorrência de novas violações que se perpetuam até hoje com o objetivo de efetivar o PNSC com o tamanho inicial de 200.000 ha.

## LINHA DO TEMPO RESUMIDA



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer a comunidade, suas práticas e experiências e entender os conflitos em que está inserida torna-se possível dar maior visibilidade ao conflito, favorecendo o fortalecimento da identidade e cultura dos moradores da região, consolidação de memórias como forma de resistência, além de instigar novos olhares para esta realidade desvalorizada, de forma que a luta por direitos e pela sua garantia se fortaleça, evitando que novas violações passem despercebidas.

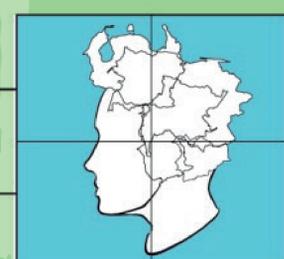
## APOIO

Associação dos Juizes Federais do Brasil - Justiça Federal (AJUFE - JF)

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX - UFMG)

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 70.355, de três de abril de 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D70355.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70355.htm)>. Acesso em 5 jul. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 74.446, de 21 de agosto de 1974. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74446-21-agosto-1974-423086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 5 jul. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 74.447, de 21 de agosto 1974. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74447-21-agosto-1974-423087-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 5 jul. 2016.
- FERNANDES, Vanessa Samora Ribeiro. Entre a regulação e a emancipação social: desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra-MG. 2012. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2015/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vanessa-Samora-FINAL-PDF.pdf>>. Acesso em 14 jun.2016.
- FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A regularização fundiária no Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-30092013-112504/>>. Acesso em: 06 jun. 2016.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Levantamento Histórico-Cultural: Revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra. Produzido para o Instituto Terra Brasília e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Não Renováveis – IBAMA, Belo Horizonte, setembro de 2002.
- Projeto Canastra. Disponível em: <<http://projetcanastra.com.br/>> Acesso em: 07 jun. 2016
- ESTADO DE MINAS. Artigos de Luís Carlos de Portilho. 1971-1972
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)> Acesso em: 07 jun. 2016
- BRASIL. Projeto de Lei 148/2010. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/97678>> Acesso em : 04 ago. 2016



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SUL-AMERICANA:

TERRITORIALIDADES E HUMANIDADES

4 A 7 DE OUTUBRO DE 2016  
BELO HORIZONTE - BRASIL



REALIZAÇÃO

